

Sã Carvalho S.A.

**Demonstrações Financeiras 31 de  
dezembro de 2024 com Relatório do  
Auditor Independente**

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO .....	3
AMBIENTE REGULATÓRIO .....	4
DESEMPENHO ECONÔMICO.....	4
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO.....	6
SEGURANÇA DE BARRAGENS.....	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	16
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	21
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	22
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	22
7. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	23
8. IMOBILIZADO .....	23
9. INTANGÍVEL.....	25
10. FORNECEDORES .....	26
11. PROVISÕES .....	27
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	28
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	29
14. ENCARGOS SETORIAIS.....	31
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	32
16. RECEITA .....	34
17. CUSTOS E DESPESAS.....	35
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	37
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	37
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	39
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA	44
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	47

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### A Sá Carvalho

A Sá Carvalho S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Subsolo 1, Sala 5, Bairro Santo Agostinho e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

### INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, Sá Carvalho, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu na adequação de sistema de energia e conectividade aquisições de dispositivos individuais de notificação (PAE).

## AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluyente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.

Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

### Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

## DESEMPENHO ECONÔMICO

### Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$52.906 mil em 2024, em comparação a R\$65.330 mil no exercício de 2023, representando diminuição de 19% justificado principalmente pela diminuição da receita com fornecimento de energia elétrica decorrente do término de contrato de venda de energia em novembro de 2024 e início de um novo contrato em dezembro de 2024, porém com um preço de venda menor em relação ao contrato anterior.

## Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2024	2023	Var. %
<b>Resultado líquido</b>	52.906	65.330	(19,02)
Despesa de IR e CS	25.801	31.344	(17,68)
Resultado financeiro	(3.679)	(5.385)	(31,68)
Depreciação e amortização	13.596	13.582	0,10
<b>LAJIDA (1)</b>	<b>88.624</b>	<b>104.871</b>	<b>(15,49)</b>

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## Receita operacional

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 473.294 MWh (não auditado) durante o exercício de 2024 (471.942 MWh em 2023 – não auditado). O fornecimento bruto auferido foi de R\$162.174 mil em 2024, comparado a R\$171.667 mil no exercício de 2023 essas variações são decorrentes do término de contrato de venda de energia em novembro de 2024 e início de um novo contrato em dezembro de 2024, porém com um preço de venda menor em relação ao contrato anterior. Tanto o contrato encerrado quanto o assinado são com a Aperam Inox América do Sul.

## Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$40.485 mil em 2024, comparado a R\$31.632 mil em 2023, apresentando variação de 27,98%, pois em 2024, a Sá Carvalho teve mais exposições no balanço de energia, ficando com mais déficits liquidados ao PLD. O efeito está sendo contabilizado como compra na CCEE para repor estas exposições.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$3.679 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$5.385 mil em 2023. A variação se justifica pela diminuição das rendas de aplicações financeiras.

## **Imposto de renda e contribuição social**

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$25.801 mil, referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33% em relação ao lucro de R\$78.707 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$31.344 mil, representando 32% em relação ao lucro de R\$96.674 mil antes dos efeitos fiscais. Os valores de imposto de renda e contribuição social aumentaram na mesma proporção que aumentaram o resultado antes dos impostos.

## **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício no montante de R\$52.906, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.962, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$29.578 mil pagos em 2024 como dividendos intercalares; e
- R\$25.290 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

## **SEGURANÇA DE BARRAGENS**

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONS-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZETEMBRO DE 2024 E 2023**  
**(Em milhares de Reais)**  
**ATIVO**

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.358	2.579
Títulos e valores mobiliários	4	21.780	4.011
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	5.436	11.499
Tributos compensáveis	6	503	491
Outros créditos		95	1
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>38.172</b>	<b>18.581</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	4	8.215	-
Tributos compensáveis	6	127	121
Depósitos judiciais	7	4.181	1.768
Imobilizado	8	92.458	98.086
Intangível	9	13.133	20.765
Direito de uso		136	234
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>118.250</b>	<b>120.974</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>156.422</b>	<b>139.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
**(Em milhares de Reais)**  
**PASSIVO**

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	3.030	2.729
Obrigações sociais e trabalhistas		523	506
Impostos, taxas e contribuições	12	4.506	4.938
Imposto de renda e contribuição social	13a	25.062	10.042
Encargos setoriais	14	2.866	3.658
Convênio de compartilhamento	19	285	287
Outras obrigações		51	58
Passivo de arrendamentos		39	44
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>36.362</b>	<b>22.262</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos setoriais	14	3.362	2.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	18.054	21.920
Provisões	11	1.553	734
Outras obrigações		15	6
Passivo de arrendamentos		113	204
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.097</b>	<b>25.359</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>59.459</b>	<b>47.621</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	15		
Capital social		36.833	36.833
Reservas de lucros		32.657	25.666
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial		27.473	29.435
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>96.963</b>	<b>91.934</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>156.422</b>	<b>139.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2024	2023
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	16	<b>115.513</b>	<b>122.922</b>
<b>CUSTOS</b>	17		
Custos com energia elétrica		(13.550)	(5.328)
Custos de Operação		(24.041)	(23.493)
		<b>(37.591)</b>	<b>(28.821)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>77.922</b>	<b>94.101</b>
<b>DESPESAS</b>			
Despesas gerais e administrativas		(1.538)	(1.126)
Outras despesas		(1.356)	(1.686)
	16	<b>(2.894)</b>	<b>(2.812)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>75.028</b>	<b>91.289</b>
Receitas financeiras	18	4.145	6.552
Despesas financeiras	18	(466)	(1.167)
		<b>3.679</b>	<b>5.385</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro</b>		<b>78.707</b>	<b>96.674</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13c	(29.667)	(35.186)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13c	3.866	3.842
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>52.906</b>	<b>65.330</b>
<b>Resultado básico e diluído por lote de mil ações – R\$</b>		<b>146,47</b>	<b>180,87</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	52.906	65.330
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>52.906</b>	<b>65.330</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>36.833</b>	<b>31.401</b>	<b>7.367</b>	<b>31.735</b>	-	<b>107.336</b>
Aprovação de dividendos adicionais propostos				(31.735)		(31.735)
<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	-	65.330	65.330
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	(1.966)	-	-	1.966	-
<b>Destinação do lucro proposta à AGO:</b>						
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	18.299	(18.299)	-
Dividendos Intermediários 2023					(48.997)	(48.997)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>36.833</b>	<b>29.435</b>	<b>7.367</b>	<b>18.299</b>	-	<b>91.934</b>
Pagamento de dividendos adicionais propostos				(18.299)		(18.299)
<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	-	52.906	52.906
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	(1.962)	-	-	1.962	-
<b>Destinação do lucro proposta à AGO:</b>						
Dividendos Intermediários 2024	-	-	-	-	(29.578)	(29.578)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	25.290	(25.290)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>36.833</b>	<b>27.473</b>	<b>7.367</b>	<b>25.290</b>	-	<b>96.963</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
**(Em milhares de Reais)**

	2024	2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	52.906	65.330
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 8)	13.562	13.554
Amortização do direito de uso	34	28
Juros sobre passivo de arrendamentos	12	17
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	25.801	31.344
Juros e variações monetárias	(4.080)	(6.755)
Variação monetária depósito judicial (Nota 18)	(86)	(1)
Provisão para contingências (Nota 11)	819	734
	<b>88.968</b>	<b>104.251</b>
<b>(Aumento) Redução de ativos</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	6.063	(670)
Tributos compensáveis (Nota 6)	(841)	5.067
Depósitos judiciais (Nota 7)	(2.327)	(2)
Outros	(30)	19
	<b>2.865</b>	<b>4.414</b>
<b>(Redução) Aumento de passivos</b>		
Fornecedores (Nota 10)	301	206
Obrigações sociais e trabalhistas	17	8
Impostos, taxas e contribuições (Nota 12)	(432)	211
Encargos setoriais (Nota 14)	75	387
Convênio de compartilhamento (Nota 19)	(2)	-
Outros	(74)	3
	<b>(115)</b>	<b>815</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>91.718</b>	<b>109.480</b>
Imposto renda e contribuição social pagos	(13.824)	(23.622)
Juros recebidos	3.686	6.735
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>81.580</b>	<b>92.593</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(137.570)	(129.309)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	111.981	147.629
Imobilizado (Nota 8)	(304)	(537)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(25.893)</b>	<b>17.783</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos (Nota 15)	(47.877)	(112.346)
Arrendamentos pagos	(31)	(40)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(47.908)</b>	<b>(112.386)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>7.779</b>	<b>(2.010)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.579	4.589
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	10.358	2.579
	<b>7.779</b>	<b>(2.010)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia” ou “Sá Carvalho”), sociedade anônima de capital fechado, é uma concessionária de geração de energia elétrica domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131.

A Companhia recebeu autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho (“UHE Sá Carvalho”) por meio da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000 e tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias (MG). A Sá Carvalho possui concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da UHE Sá Carvalho, conforme Contrato de Concessão nº 001/2004.

A Companhia é subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“CEMIG GT”) e tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). Em 15 de dezembro de 2000, após a aquisição da usina de Sá Carvalho pelo Grupo Cemig, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a APERAM INOX AMERICA DO SUL, para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela empresa em Timóteo (MG).

A UHE Sá Carvalho teve sua garantia física revisada de 58 para 56,1 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018, definidos pela Portaria 178/2017 do Ministério de Minas e Energia. Em 30 de novembro de 2022, foi publicada a portaria Nº 709/GM/MME, com uma revisão extraordinária de garantia física, alterando de 56,1MW médios para 54,4MW médios a garantia física da UHE Sá Carvalho.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios pelo menos para os próximos doze meses.

### **Manifestação de interesse na prorrogação de concessão**

A Sá Carvalho, visando garantir o direito de solicitar a renovação da concessão de sua usina que vence em 2026, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua Controladora Cemig GT conforme Decreto 9.271/2018. Em julho de 2023, a manifestação foi feita pelo regime de Cotas de Garantia Física, conforme Lei 12.783/2013.

A Companhia reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contrato de Concessão nº 01/2004, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo MME.

Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Companhia. Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões que estão por vencer.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 03 de julho de 2025.

### **2.2. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 11 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 13 - Imposto de Renda e Contribuição Social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 16 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 20 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

## 2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

## 2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Não há impactos materiais ou relevante nas políticas contábeis já adotadas pela Companhia diante dessas alterações.</p>

Norma	Principais alterações
<p>CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidencição – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)</p>	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p>
<p>CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”</p>	<p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.</p> <p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

## 2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
<p>Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</p>	<p>As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado.</p> <p>Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p> <p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.</p> <p>A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2025</p>
<p>Alterações ao CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros</p>	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa</p>	<p>01/01/2026</p>

Norma	Principais alterações	Início da vigência
	<p>desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	
<p>CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p>	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	<p>01/01/2027</p>
<p>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</p>	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2027</p>
<p>CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto</p>	<p>Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração pois não possui investimentos e não realiza consolidação.</p>	<p>Ainda não definido</p>

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

## 2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Bancos conta movimento				641	649
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (1)	CDI	-	80% a 108,5%	-	103
Overnight (2)	Pré-fixada	11,91% a 12,15 %	11,42% a 12,65%	9.717	1.827
<b>TOTAL</b>				<b>10.358</b>	<b>2.579</b>

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
<b>Circulante</b>					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	CDI	-	103% a 104,3%	-	383
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	17.055	2.472
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	12,41% a.a. a 12,45% a.a.	11,83% a 11,85%	4.420	1.115
Debêntures	CDI	TR + 1% a 122,90%	TR + 1% e 118,69%	305	41
				<b>21.780</b>	<b>4.011</b>
<b>Não circulante</b>					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	-	8.215	-
				<b>8.215</b>	<b>-</b>
<b>Total (1)</b>				<b>29.995</b>	<b>4.011</b>

- (1) O aumento das aplicações em TVM, principalmente em LF e LFT, está associado à estratégia da Companhia na gestão do seu fluxo financeiro, conforme as necessidades de caixa.

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 20. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

## 5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Total	
	Não faturado	2024	2023
Fornecimento industrial	5.436	5.436	11.499
<b>Total</b>	<b>5.436</b>	<b>5.436</b>	<b>11.499</b>

Não há valores vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada de créditos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

### Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
PIS a recuperar (1)	84	84
COFINS a recuperar (1)	388	387
ICMS a recuperar	31	20
	<b>503</b>	<b>491</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS a recuperar	49	49
PIS a recuperar	14	13
COFINS a recuperar	64	59
	<b>127</b>	<b>121</b>
<b>Total</b>	<b>630</b>	<b>612</b>

- (1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos. A parcela classificada no ativo circulante possui processo de homologação concluído e processo de compensação com saldos passivos de PIS/Pasep e Cofins, bem como outros impostos federais. Espera-se que tais créditos sejam consumidos ao longo do próximo exercício.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Trabalhistas	1.910	190
Tributário - Depósito Vinculado a Litígios	2.239	1.316
Outros	32	262
<b>TOTAL (1)</b>	<b>4.181</b>	<b>1.768</b>

(1) O aumento trata-se, principalmente, de depósito de embargos de execução de processo trabalhista.

## 8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>		<b>219.555</b>	<b>(128.995)</b>	<b>90.560</b>	<b>219.429</b>	<b>(123.063)</b>	<b>96.366</b>
Terrenos		114	-	114	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	3,26	104.746	(60.572)	44.174	104.746	(58.068)	46.678
Edificações, obras civis, benfeitorias	2,39	20.572	(7.906)	12.666	20.572	(7.322)	13.250
Máquinas e equipamentos	3,11	94.096	(60.495)	33.601	93.970	(57.652)	36.318
Móveis e utensílios	6,25	27	(22)	5	27	(21)	6
		<b>219.555</b>	<b>(128.995)</b>	<b>90.560</b>	<b>219.429</b>	<b>(123.063)</b>	<b>96.366</b>
<b>Em curso</b>							
Ativos em curso		1.898	-	1.898	1.720	-	1.720
<b>Total</b>		<b>221.453</b>	<b>(128.995)</b>	<b>92.458</b>	<b>221.149</b>	<b>(123.063)</b>	<b>98.086</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Imobilizado</b>								
Terrenos	114	-	-	-	-	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	104.746	-	-	-	-	104.746	(60.572)	44.174
Edificações, obras civis, benfeitorias	20.572	-	-	-	-	20.572	(7.906)	12.666
Máquinas e equipamentos	93.970	-	-	126	126	94.096	(60.495)	33.601
Móveis e utensílios	27	-	-	-	-	27	(22)	5
<b>Em serviço</b>	<b>219.429</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>126</b>	<b>126</b>	<b>219.555</b>	<b>(128.995)</b>	<b>90.560</b>
<b>Em curso</b>	<b>1.720</b>	<b>304</b>	<b>-</b>	<b>(126)</b>	<b>178</b>	<b>1.898</b>	<b>-</b>	<b>1.898</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>221.149</b>	<b>304</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>304</b>	<b>221.453</b>	<b>(128.995)</b>	<b>92.458</b>

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Imobilizado</b>							
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	114	-	-	-	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	104.746	-	-	-	104.746	(58.068)	46.678
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.572	-	-	-	20.572	(7.322)	13.250
Máquinas e equipamentos	93.354	-	-	616	93.970	(57.652)	36.318
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27	(21)	6
<b>Em Serviço</b>	<b>218.813</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>616</b>	<b>219.429</b>	<b>(123.063)</b>	<b>96.366</b>
<b>Em curso</b>	<b>1.799</b>	<b>537</b>	<b>-</b>	<b>(616)</b>	<b>1.720</b>	<b>-</b>	<b>1.720</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>220.612</b>	<b>537</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>221.149</b>	<b>(123.063)</b>	<b>98.086</b>

(1) Na demonstração financeira de 2023 o imobilizado e o intangível foram divulgados no mesmo quadro.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas, que representam a vida útil econômica dos respectivos ativos, são as definidas pela ANEEL. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de depreciação anual foi de 2,84% (2,84% em 2023).

### Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

### Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

## 9. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
Custo histórico - Softwares e GSF	19,12	40.015	(26.882)	13.133	40.015	(19.250)	20.765
<b>Total</b>		<b>40.015</b>	<b>(26.882)</b>	<b>13.133</b>	<b>40.015</b>	<b>(19.250)</b>	<b>20.765</b>

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Amort. acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Intangível</b>								
Ativos da Concessão-GSF	39.690	-	-	-	-	39.690	(26.557)	13.133
Outros	325	-	-	-	-	325	(325)	-
<b>Total</b>	<b>40.015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.015</b>	<b>(26.882)</b>	<b>13.133</b>

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Intangível</b>							
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	-	-	39.690	(18.969)	20.721
Outros	325	-	-	-	325	(281)	44
<b>Total</b>	<b>40.015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.015</b>	<b>(19.250)</b>	<b>20.765</b>

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	634	27/08/2026

## Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

## Estimativas e julgamentos

### **Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF)**

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão da concessão.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

## **10. FORNECEDORES**

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica - CCEE	919	943
Materiais e serviços	2.111	1.786
	<b>3.030</b>	<b>2.729</b>

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), conforme apresentado na nota explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

## 11. PROVISÕES

	2024	2023
<b>Provisões</b>		
Trabalhistas	1.525	710
Outras	28	24
	<b>1.553</b>	<b>734</b>

	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
<b>Provisões</b>					
Trabalhistas	710	815	-	-	1.525
Outras	24	4	-	-	28
	<b>734</b>	<b>819</b>	-	-	<b>1.553</b>

	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
<b>Provisões</b>					
Trabalhistas	-	710	-	-	710
Honorários de êxito	-	-	-	-	-
Outras	-	24	-	-	24
<b>Total</b>	-	<b>734</b>	-	-	<b>734</b>

As provisões e passivos contingentes são:

- R\$693 (R\$659 em 31 de dezembro de 2023) referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL nos exercícios de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;
- R\$1.796 (R\$793 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$1.525 (R\$710 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute a abstenção de contratação de empregados sem prévia aprovação em concurso, verbas rescisórias e adicional de periculosidade;
- R\$194 (R\$185 em 31 de dezembro de 2023) referente à não homologação de compensação de crédito tributário federal (Cofins) pelo reconhecimento da insuficiência do crédito tributário;
- R\$242 (R\$215 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$28 foram provisionados, referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.
- R\$49 (R\$55 em 31 de dezembro de 2023) referente a processo administrativo por inconformidade na homologação do PER/DCOM.
- R\$563 (R\$496 em 31 de dezembro de 2023) referente a processos de responsabilidade civil, onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

## Política contábil

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

## Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: (i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e (ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: (i) mudança na norma jurídica, (ii) novas evidências ou fatos, (iii) mudança nos precedentes jurídicos, (iv) auditoria contábil, (v) decisão judicial, (vi) instrução processual, (vii) mudança de composição de turma julgadora e (viii) alteração do patrono da causa.

## 12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
PIS/Pasep	206	280
Cofins	1.146	1.486
ICMS	2.503	2.565
ISSQN	181	143
INSS	415	400
Outros	55	64
	<b>4.506</b>	<b>4.938</b>

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	18.376	7.151
Contribuição social	6.686	2.891
<b>Total (1)</b>	<b>25.062</b>	<b>10.042</b>

(1) O aumento decorre da mudança de regime de tributação de lucro real trimestral para lucro real anual, com recolhimento na base estimada.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2024	2023
<b>Passivos fiscais diferidos</b>		
Custo atribuído	(13.589)	(14.875)
Ressarcimento de custos do GSF	(4.465)	(7.045)
<b>Total do passivo líquido</b>	<b>(18.054)</b>	<b>(21.920)</b>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>(21.920)</b>	<b>(25.763)</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	3.866	3.842
<b>Saldo final</b>	<b>(18.054)</b>	<b>(21.920)</b>

#### c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2024	2023
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>78.707</b>	<b>96.674</b>
Contribuições e doações indedutíveis	1.025	1.358
Custo atribuído	2.973	2.979
Provisão PRL	111	109,8216
Provisão Contingências	(815)	734
Realização ressarcimento custos GSF	7.588	7.588
Outros	1.544	(89)
<b>Lucro Real</b>	<b>91.133</b>	<b>109.353</b>
<b>Alíquotas (IR 15% e CSSL 9%)</b>	<b>(21.872)</b>	<b>(26.245)</b>
Incentivos fiscais	1.042	1374
Outros	-	596
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	(9.089)	(10.911)
Ajuste de ECF 2023	253	-
	(29.667)	(35.186)

	2024	2023
Ativo Diferido	9.847	11.392
Passivo Diferido	1.524	(112)
Base de Cálculo	11.371	11.280
Alíquota	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.866	3.835
Outros	-	7
	3.866	3.842
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	(25.800)	(31.344)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>33%</b>	<b>32%</b>
<b>Corrente</b>	<b>(29.667)</b>	<b>(35.186)</b>
<b>Diferido</b>	<b>3.866</b>	<b>3.842</b>

## Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

### Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

### Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

## Estimativas e julgamentos

### Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto no seguinte caso:

Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

## 14. ENCARGOS SETORIAIS

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	2.254	2.286
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	38	38
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	32	42
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	430	344
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	28	839
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	65	85
CDE sobre P&D	19	24
	<b>2.866</b>	<b>3.658</b>
<b>Não circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	3.362	2.495
	<b>3.362</b>	<b>2.495</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.228</b>	<b>6.153</b>

**a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação**

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico. A movimentação dos saldos é conforme segue:

Consolidado	31/12/2023	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2024
FNDCT	85	462	(482)	-	-	65
MME	42	231	(241)	-	-	32
P&D	3.334	323		(637)	370	3.390
	<b>3.461</b>	<b>1.016</b>	<b>(723)</b>	<b>(637)</b>	<b>370</b>	<b>3.487</b>

	31/12/2022	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2023
FNDCT	79	494	(488)	-	-	85
MME	39	247	(244)	-	-	42
P&D	2.655	346	-	(28)	361	3.334
	<b>2.773</b>	<b>1.087</b>	<b>(732)</b>	<b>(28)</b>	<b>361</b>	<b>3.461</b>

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos ) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

**b) Reservas de lucros**

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2024	2023
<b>Reservas de lucros</b>		
Reserva legal	7.367	7.367
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	25.290	18.299
	<b>32.657</b>	<b>25.666</b>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2024, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

**c) Reserva de ajustes de avaliação**

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

**d) Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2024	2023
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
Resultado do exercício	52.906	65.330
Realização do custo atribuído	1.962	1.966
	<b>54.868</b>	<b>67.296</b>
Dividendos intercalares, contemplando o mínimo obrigatório	29.578	48.997
Dividendos adicionais propostos	25.290	18.299
	<b>54.868</b>	<b>67.296</b>

### e) Ajustes de avaliação patrimonial

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	29.435
Realização do custo atribuído	1.962
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>27.473</b>

### f) Destinação do resultado de 2024 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício no montante de R\$52.906, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.962, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$29.578 pago em 2024 como dividendos intercalares; e
- R\$25.290 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos adicionais devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

### g) Movimentação dos dividendos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>18.299</b>
Dividendos adicionais propostos para o exercício de 2024	25.290
Dividendos Intermediários 2024 (contempla mínimo obrigatório)	29.578
<b>(=) Saldo de dividendos aprovados</b>	<b>52.906</b>
Pagamentos de dividendos	(47.877)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>25.290</b>

## 16. RECEITA

	2024	2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	162.174	171.667
Deduções à receita operacional (b)	(46.661)	(48.745)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>115.513</b>	<b>122.922</b>

### a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	R\$	
	2024	2023
Fornecimento Industrial	167.506	170.822
Fornecimento – Não faturado	(6.063)	682
Transações com energia na CCEE	731	163
<b>Total</b>	<b>162.174</b>	<b>171.667</b>

O único contrato de compra e venda de energia vigente prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

**b) Deduções à receita operacional**

	2024	2023
Cofins	10.034	11.146
Pasep	2.178	2.413
ICMS	30.151	30.605
Reserva Global de Reversão – RGR	801	947
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.017	1.086
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	456	369
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.024	2.179
<b>TOTAL</b>	<b>46.661</b>	<b>48.745</b>

**Política contábil**

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

**Estimativas e julgamentos**

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

**17. CUSTOS E DESPESAS****Energia elétrica comprada para revenda**

	2024	2023
Energia de curto prazo - CCEE (1)	14.334	5.252
Energia adquirida no ambiente livre	597	619
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.381)	(543)
	<b>13.550</b>	<b>5.328</b>

(1) O aumento trata-se, principalmente, da menor geração hídrica e à alocação de energia em meses críticos, justificando a necessidade de compra no curto prazo

## Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	1.481	1.608	960	495	2.441	2.103
Materiais	606	626	-	13	606	639
Serviços de Terceiros (c)	7.526	6.918	729	619	8.255	7.537
Depreciação e amortização	13.596	13.582	-		13.596	13.582
Outros custos/despesas	832	759	1.205	1.685	2.037	2.444
<b>TOTAL</b>	<b>24.041</b>	<b>23.493</b>	<b>2.894</b>	<b>2.812</b>	<b>26.935</b>	<b>26.305</b>

(1) As despesas, em sua maioria, se referem ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações vide nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

### a) Serviços de terceiros (custos de operação)

	2024	2023
Manutenção, Conservação e Instalação (1)	3.463	3.042
Comunicação	271	148
Meio Ambiente	651	339
Mão de obra contratada	2.580	2.627
Outros	561	762
<b>TOTAL</b>	<b>7.526</b>	<b>6.918</b>

(1) O principal aumento nos serviços de terceiros se refere a manutenção de conservação de instalações e equipamentos, com a celebração de contratos para manutenção de linhas de transmissão, manutenção elétrica durante a parada geral da usina, serviço de locação de retroescavadeira, manutenção nas imediações das barragens, entre outros.

### b) Outras despesas

	2024	2023
Subvenções e doações	513	718
Patrocínios – lei Rouanet	513	640
Taxas (IPTU, seguros, impostos gerais)	257	250
Diversas	73	77
<b>TOTAL</b>	<b>1.356</b>	<b>1.685</b>

## 18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	4.207	6.765
Variação monetária depósito judicial	86	1
Pasep e Cofins sobre receitas financeiras (1)	(202)	(317)
Rendas por antecipação de pagamento	7	1
Outras receitas financeiras	47	102
	<b>4.145</b>	<b>6.552</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária	(369)	(361)
Atualização de créditos de PASEP/COFINS sobre ICMS	-	(666)
Juros passivo de arrendamentos	(12)	(17)
Outras despesas financeiras	(85)	(123)
	<b>(466)</b>	<b>(1.167)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>3.679</b>	<b>5.385</b>

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras.

### Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira, atualização de créditos tributários, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem sobretudo a variação monetária sobre P&D e PEE e juros de arrendamentos.

## 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Operações com energia elétrica</b>								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(105)	(97)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Convênio de compartilhamento</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	285	287	-	-	(510)	(853)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(363)	-
<b>Convênio de compartilhamento - O&amp;M</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	619	417	-	-	(2.580)	(2.625)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	9.717	1.827	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	21.780	4.012	-	-	521	27	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	8.215	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	67	86
Participação nos resultados	19	19
Previdência privada	4	3
<b>Total (1)</b>	<b>90</b>	<b>108</b>

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Custo amortizado					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		5.436	5.436	11.499	11.499
Títulos e valores mobiliários		305	305	41	41
		<b>5.741</b>	<b>5.741</b>	<b>11.540</b>	<b>11.540</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	9.717	9.717	1.930	1.930
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	383	383
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	25.270	25.270	2.472	2.472
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	4.420	4.420	1.115	1.115
Debêntures	2	-	-	-	-
		<b>39.407</b>	<b>39.407</b>	<b>5.900</b>	<b>5.900</b>
		<b>45.148</b>	<b>45.148</b>	<b>17.440</b>	<b>17.440</b>
<b>Passivos</b>					
Custo amortizado					
Fornecedores		(3.030)	(3.030)	(2.729)	(2.729)
Arrendamentos		(152)	(152)	(248)	(248)
		<b>(3.182)</b>	<b>(3.182)</b>	<b>(2.977)</b>	<b>(2.977)</b>

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### **b) Gestão de riscos**

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

## Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

## Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

## Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	2.244	406	69	282	29	<b>3.030</b>
Arrendamentos	3	6	32	79	98	<b>218</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.247</b>	<b>412</b>	<b>101</b>	<b>361</b>	<b>127</b>	<b>3.248</b>

## **Outros riscos não financeiros monitorados pela administração**

### Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

### Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

### **Mensurados ao custo amortizado**

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

## Estimativas e julgamentos

### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

\*\*\*\*\*

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo  
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Andrea Marques de Almeida  
Diretora

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Sá Carvalho S.A. Belo Horizonte – MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sá Carvalho S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sá Carvalho S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase – Renovação da concessão

Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o contrato de concessão da Companhia vence em agosto de 2026 e que conforme divulgado na referida nota, a Companhia protocolou, em julho de 2023, o pedido de renovação da concessão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em conformidade com a regulamentação vigente e este processo encontra-se em análise por esta agência reguladora. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral  
Contador CRC GO-018421/O-0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Sá Carvalho S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2025.

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro Fiscal

Arthur José Fernandes Braz, Conselheiro Fiscal

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro Fiscal